

# P O R T A R I A

PORTARIA Nº 225 /96-GAB/SEMA

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 2º da Lei nº 0267, de 09 de abril de 1996, que criou a Secretaria de Estado do Meio Ambiente,

## RESOLVE:

**Art 1º** - Proibir a pesca comercial em toda a extensão do Rio Aporema, situado no Município de Tartarugalzinho e em toda extensão do Rio Tracajatuba afluente esquerdo do Rio Araguari, situado no Município de Ferreira Gomes, no Estado do Amapá.

**Parágrafo Único** Considera-se pesca comercial a que tem por finalidade realizar atos de comércio na forma da legislação em vigor.

**Art. 2º** - Permitir a pesca de subsistência e pesca amadora, com a utilização dos seguintes apetrechos:

### I - Pesca para subsistência:

- a) linha de mão;
- b) caniço simples;
- c) zagaia;
- d) rede de pesca com malhas a partir de 70mm entre ângulos opostos, com comprimento máximo de 15 (quinze) metros, no período 01/06 a 30/11 de cada ano;
- e) tarrafa com malha a partir de 70mm, entre ângulos opostos;
- f) molinete;

**Parágrafo Primeiro** - O apetrecho de que trata a alínea “d” do presente artigo, não poderá ultrapassar a umterco do ambiente aquático onde for estendido.

**Parágrafo Segundo** - Fica proibido o uso dos apetrechos de que tratam as alíneas "d" e "e" com malhas inferiores a 70mm entre ângulos opostos, em qualquer época do ano.

## **II - Pesca Amadora**

- a) linha de mão;
- b) caniço simples e
- c) molinete.

**Parágrafo Terceiro** - Considera-se pesca de subsistência, aquela realizada por moradores da localidade, cujo produto destina-se exclusivamente ao consumo familiar.

**Art. 3º** - Estabelece a quantidade máxima tanto na modalidade pesca de subsistência como pesca amadora de até 10 (dez) quilogramas.

**Art. 4º** - Proibir a pesca com emprego dos seguintes aparelhos ou métodos:


- a) espinhel;
- b) arpão;
- c) espingarda de mergulho;
- d) tramalho e
- e) armadilhas do tipo tapagem com função de bloqueio como:  
curral, cacuri, cercado ou qualquer aparelho fixo com esta função.

**Art. 5º** - Aos infratores da presente Portaria serão aplicadas as penalidades previstas no Decreto Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, demais legislação complementar, especialmente a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988.

**Art. 6º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

**Art 7º** - Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Macapá-AP, 11 de Outubro de 1996.

  
**MARY HELENA ALLEGRETTI**  
Secretária de Estado do Meio Ambiente